

Ata nº 59 / XIII / 2.ª SL

Aos três dias do mês de janeiro de 2017, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiras, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. **Audição do Embaixador João Maria Cabral, Representante Permanente junto do Conselho da Europa - 14h30**
2. **Audição do Embaixador em Brasília, Jorge Cabral - 16h00**
3. **Informações**
4. **Outros assuntos**

Iniciados os trabalhos, presididos pelo Senhor Vice-Presidente, **Deputado Pedro Filipe Soares**, prestou este as boas-vindas aos membros da Comissão, desejando a todos um excelente ano de 2017.

Ponto 1.

Foram dadas as boas vindas ao Representante Permanente de Portugal junto do Conselho da Europa (CE), Embaixador João Maria Cabral. Explicada a metodologia adotada para a audição, foi concedida a palavra ao Senhor Embaixador, para a sua alocução inicial.

Neste seguimento, o Senhor **Embaixador** manifestou o gosto em estar presente, tendo salientado a utilidade deste tipo de iniciativa, e desejado um excelente 2017 a todos. Após uma curta referência autobiográfica, frisou encontrar-se neste posto desde 7 de setembro passado, podendo, contudo, exprimir duas ideias essenciais. A primeira, de que encontrou

uma autêntica “caixa de joias” escondida, tendo realçado o facto de a importância e abrangência do CE ser enorme, com muita diversidade temática que não só a política, tratando-se de uma plataforma única de diálogo pan-europeu (47 membros, dos quais não participa a Bielorrússia, por manter a pena de morte), potenciadora de contactos diretos e técnicos de extrema importância, a um ritmo diário, com enfoque nas questões dos direitos humanos e da cooperação internacional e para o desenvolvimento. A segunda ideia, é a de que existe grande desconhecimento acerca do trabalho desenvolvido pelo CE, tendo lembrado que Portugal celebrou, em setembro passado, 40 anos de adesão a esta Organização. Sublinhou, não existir adequada coordenação entre os delegados portugueses que participam nos diferentes fóruns do CE, aspeto que deve ser forçosa e urgentemente revisto.

Tomou a palavra, pelo **PSD**, o Senhor **Deputado José Cesário**, que começando por cumprimentar o Senhor Embaixador, assumiu ser um entusiasta do CE, designadamente ao nível interparlamentar. Perguntou qual a visão que o visitante possuía acerca do papel que o CE poderia desempenhar nos domínios do cibercrime, refugiados e cooperação, e como seria possível aprofundar a visibilidade do CE em Portugal, e se existe uma agenda prévia e politicamente sistematizada para a representação neste posto. Interveio também o Senhor Deputado Paulo Neves tendo questionado sobre o produto e vantagens objetivas que têm resultado para Portugal da participação nesta Organização. Relativamente ao Centro Norte-Sul, presentemente sediado em Lisboa, perguntou se tal situação é para manter. Finalmente, quis saber qual o real papel da Rússia no atual funcionamento do CE.

Respondeu o Senhor **Embaixador** tratar-se de matérias profundas e sem respostas claras. O sucesso de uma Organização Internacional depende sempre do consenso gerado pelos seus membros. Mas o grande êxito resulta de possuir um Secretariado de grande competência e enorme produtividade, onde as grandes questões políticas não dividem os seus membros, chegando as soluções propostas à fase final de aprovação já devidamente trabalhadas e consensualizadas. O CE tem tido um papel pioneiro e único no cibercrime, em cujo âmbito foi subscrito o único documento internacionalmente subscrito, tal como no terrorismo e lavagem de dinheiro, tendo adotado *standards* avançados. Pretende-se dar maior unidade e coerência à participação de Portugal, aumentando a sua visibilidade pública, através da promoção de debates e grupos de reflexão. Uma outra prioridade é a promoção do estado de direito e direitos humanos. Portugal só ganha em estar presente e contribuir nas soluções a adotar em áreas fundamentais, pois não conseguimos estar em todas. Exemplificou a questão da pena de morte, onde Portugal tem pontificado na liderança do tema. O Centro Norte-Sul estabilizou em Portugal e deve manter-se em Lisboa. Nunca esteve em causa a mudança de sede, mas sim a sua extinção pura e simples. Há um novo diretor-executivo com programa ratificado pelo

Ministro e a adesão recente da Tunísia fortaleceu a situação. A Rússia tem um papel fundamental no CE enquanto espaço de diálogo, onde as mais importantes decisões são tomadas por unanimidade. Neste momento não têm direito de voto, devido à situação na Ucrânia, mas há garantias do interesse russo em continuar no CE.

Pelo **PS**, interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco**, que começou por desejar a todos um bom 2017, saudando a presença do Senhor Embaixador e desejando-lhe os maiores sucessos. Salientou o papel que o CE pode vir a desempenhar na promoção da defesa da democracia e direitos humanos, papel que é hoje mais essencial do que nunca. Aludiu ao teor, algo preocupante, do Relatório/2016 do Secretário-Geral do CE, apontando deficiências e retrocessos no funcionamento do aparelho de justiça em diversos países. Destacou as questões da independência do poder judicial; a liberdade de imprensa; e da inclusão social. Deixou três questões: como promover o CE junto da opinião pública; como dinamizar o Centro Norte-Sul; e como assegurar melhor coesão e unidade da participação portuguesa.

Respondeu o Senhor **Embaixador** que a valorização do CE deve começar a nível interno, salientando a existência, que desconhecia, de um Relatório do Senhor Deputado Mota Amaral acerca deste tema. Relembrou que a bandeira da União, bem como o Hino da Alegria, terem sido aprovados pelo CE, atestando o papel ativo do CE no processo de construção europeia. A sustentabilidade financeira do Centro Norte-Sul está assegurada pela própria UE que suporta grande parte dos seus programas. Pretende-se alargar o número de países membros. O trabalho de coordenação passa muitas vezes pelo mero aviso de participação de delegações nacionais e pela presença, pessoal, de um elemento da Representação que assegure alguma coerência e intercoordenação.

Interveio o Senhor **Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP)** que começou por saudar o convidado, deixando dois comentários essenciais. Primeiro, para realçar a necessidade de o CE aprofundar o seu nível de intervenção nos grandes problemas do presente. Depois, sobre a liberdade religiosa, para salientar o recrudescimento de atentados que põem em causa a segurança dos cidadãos e a tolerância, defendendo uma maior intervenção do CE neste domínio.

Respondeu o Senhor **Embaixador**, concordando com a posição antes exposta. No seu entender, a falta de visibilidade do CE não é necessariamente má, pois a menor exposição mediática e política traz maior recato para o trabalho dedicado ao estudo e concretização

técnica de soluções. Há que encontrar um ponto de equilíbrio neste domínio. Saliu também a relevância da plataforma de proteção dos jornalistas, cuja utilidade poderá crescer proporcionalmente ao conhecimento que à mesma vier a ser dado. Não entende que o caminho do CE dependa da União Europeia e fez notar a posição do governo turco em marcar sempre presença em todas as atividades do CE, assumidamente essenciais para a política externa deste país.

Pelo **PCP**, interveio o Senhor **Deputado António Filipe**, tendo referido que boa parte das questões que trazia terem já sido apresentadas e respondidas, como foram a questão russa e a do Centro Norte-Sul. Já relativamente à questão turca, salientou a volatilidade das posições assumidas pelo governo deste país. Considerada a complexidade do problema, foi o convidado questionado no sentido de saber que mais nesta altura se poderia aduzir sobre perseguições de que têm sido vítimas, de entre outros, funcionários, juizes e até parlamentares, e saber como está o CE a encarar esta situação.

Respondeu o Senhor **Embaixador** o interesse em manter condições para a existência de diálogo, pese embora consiga identificar, da parte do CE, a existência de limites, como por exemplo, no respeitante à reintrodução da pena de morte na Turquia. Relembrou que o CE publicou recentemente diversos relatórios acerca da legitimidade eleitoral em estados de exceção, bem como sobre imunidades parlamentares dos Deputados, tendo frisado a necessidade de manter condições de diálogo como a melhor plataforma de relacionamento.

Iniciada a **2.ª Ronda** de intervenções, intervieram os Senhores **Deputados abaixo identificados**:

Paula Teixeira da Cruz (PSD), para perguntar qual o acompanhamento que a Representação tem feito às atividades da Comissão de Veneza, onde a delegação portuguesa tem realizado um trabalho notável; e o que tem feito o CE no sentido de reforçar os direitos, liberdades e garantias, em face do atual panorama europeu neste domínio, relativamente ao qual, atenta a forma como algumas medidas têm vindo a ser implementadas, não merece a sua concordância.

Wanda Guimarães (PS), para questionar se o baixo perfil adotado pelo CE no respeitante à proteção dos direitos humanos relacionados com as mulheres e a atividade sindical, não

constitui um paradoxo, em face da falta de atenção que a União Europeia tem dispensado a estes temas.

Isabel Santos (PS), para salientar o défice de confiança da comunidade internacional relativamente a possibilidade de efetiva reposição da ordem democrática na Turquia, evidenciado pelo recente caso dos “julgamentos”, e perguntar se o CE está a monitorizar tais julgamentos, tal qual a Turquia havia em tempo garantido.

Carlos Alberto Gonçalves (PSD), para referir que enquanto parlamentar do CE, tem notado o contraste na abordagem mediática dos trabalhos do CE, entre o “silêncio” dos países da União ali representados, e os países do leste europeu, que se fazem frequentemente acompanhar por imensos jornalistas; e agradecer todo o apoio que a Missão portuguesa tem prestado aos Deputados da Assembleia Parlamentar do CE, de cada vez que se deslocam a Estrasburgo.

Já sob direção do Senhor Vice-Presidente Carlos Alberto Gonçalves, o Senhor **Embaixador** começou por agradecer as palavras que antecederam a sua intervenção. Relativamente à Comissão de Veneza, qualificou-a como uma “jóia da coroa” do CE, embora tenha realçado a sua independência relativamente ao próprio CE. Relembrou que o seu papel diplomático é, essencialmente, o de representar o MNE nas reuniões do Conselho de Ministros do CE que decorrem à porta fechada, tendo manifestado o desejo que o produto da participação de delegações nacionais nos vários grupos e comités temáticos possa vir a ser canalizada de forma mais útil nas reuniões em que participa. Quanto à questão da visibilidade do CE, salientou não ser uma questão muito relevante no presente, sendo mesmo um problema que vem de trás, recordando a necessidade de ser obtido um ponto de equilíbrio entre a visibilidade dos trabalhos e o excesso de politização mediática do debate, o qual, a ser desprezado, poderia tolher os seus objetivos fundamentais. Relativamente à monitorização dos julgamentos, recordou ter sido o Secretário-Geral do CE a primeira personalidade a visitar a Turquia, após a tentativa de golpe. As autoridades turcas nunca contrariam a possibilidade de os visados poderem vir a demandar o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, sendo que a Comissão de Veneza criou, em colaboração com as autoridades turcas, uma comissão *ad hoc* para fixar os critérios de eventuais queixas a interpor em tal sequência, para cujo efeito, devem ser esgotados todos os mecanismos internos de recurso, mecanismos que estão a ser presentemente negociados. Porém, desconhece se o CE está a monitorizar a realização dos mencionados julgamentos.

Finda esta parte dos trabalhos, o Senhor **Vice-Presidente** agradeceu a presença do convidado, tendo os trabalhos registado uma interrupção de cinco minutos.

Retomados os trabalhos, e já no âmbito do **Ponto 2. da OD**, foi recebido o Senhor **Embaixador de Portugal em Brasília, Jorge Cabral**, a quem foram dadas as boas vindas e explicada a metodologia adotada para a audição. Foi colocada à Comissão, bem como ao Senhor Embaixador, a questão de saber se a audição seria aberta ao público, pois existiam membros da imprensa interessados em cobri-la profissionalmente. Aquiescendo, por unanimidade, relativamente a tal possibilidade, e contando igualmente com a concordância do próprio convidado, deram então entrada na sala alguns jornalistas.

Nesta sequência e na sua alocução inicial, começou o Senhor **Embaixador** por agradecer o convite para a audição, tendo desejado um bom, ano novo a todos os presentes. Relativamente à situação brasileira, referiu que, no seu entendimento, não lhe parecia tanto existir uma crise política, mas mais, uma evidente crise de valores. O atual Presidente tem mostrado capacidade de diálogo com a Câmara de Deputados e o Congresso. Relembrou que o programa, recente, de indexação da dívida pública à inflação do ano imediatamente anterior durará 20 anos, atuando como elemento estabilizador financeiro. Notou, também, a existência de propostas para a reforma da segurança social, bem como a tentativa de atualizar a legislação laboral, no sentido da sua modernização. Existe, na sua opinião, uma maior abertura ao exterior que Portugal pode aproveitar. Salientou a relevância da Cimeira de alto Nível de outubro passado, designadamente o teor da sua declaração final, lembrando que este tipo de encontro não ocorria há 3 anos. Presentemente, decorrem com muito interesse a cooperação política, económica, cultural, científica e tecnológica, tendo sido discutidos aspetos muito práticos, como por exemplo, a existência de taxas especiais de proteção impostas pelo Brasil, augurando um forte incremento no relacionamento bilateral. Porém, defendeu, não se pode dar por adquirida a relação existente, existindo um grande desconhecimento da realidade portuguesa por parte dos brasileiros, à qual está associada uma certa imagem negativa.

Pelo **PSD**, interveio o Senhor **Deputado José Cesário**, que começou por saudar o Embaixador José Cabral. Referiu que, embora reduzidas a dois grupos parlamentares, as relações do PSD com o Brasil são para o seu Partido, extremamente importantes. Sendo um país continental, o Brasil possui uma enorme variedade de situações, consoante os diferentes Estados, assumindo igualmente e por isso enorme relevância o relacionamento com os Governos estaduais. Por isso, perguntou que tipo de orientações tem a AICEP em São Paulo para a representação de Portugal nos restantes Estados. Seguidamente, questionou o

convidado sobre a situação atualizada da questão do reconhecimento e equiparação de diplomas dos engenheiros e arquitetos portugueses que trabalham no Brasil. Depois, e atenta a duplicação do número de vistos atribuídos a brasileiros que pretendem viajar para Portugal, perguntou se existe alguma intenção de reforçar os meios consulares e, na afirmativa, onde. Finalmente, quis saber se se confirma a realização no Brasil dos festejos do próximo Dia de Portugal e, na afirmativa, de que constarão tais festejos.

Interveio, ainda, pelo PSD o Senhor **Deputado Carlos Páscoa**, que vincou o facto de não invejar, pessoalmente, a missão diplomática do convidado. Relembrando que a comunidade portuguesa no Brasil é já muito antiga, perguntou se existem programas orientados para a comunidade lusodescendente, estimulando os vínculos a Portugal. Na diplomacia económica, perguntou se a representação portuguesa se basta com a existência de um único posto da AICEP, dada a dimensão do país. Relativamente ao MERCOSUL, perguntou como observava o convidado o furo do Acordo no contexto da região, considerando, designadamente, os casos da Venezuela e da Argentina. Finalmente, como via o Embaixador o papel e a participação do Brasil na CPLP.

Respondeu o Senhor **Embaixador** que pretende promover visitas a diversos Estados e ser recebido pelas autoridades locais, acompanhado pelo delegado da AICEP, que é único e sediado em São Paulo. Sublinhou que a atuação portuguesa se centra nos grandes centros onde se concentra a maior parte da comunidade portuguesa, designadamente em São Paulo, por ser capital económica, Rio de Janeiro, capital cultural, e Brasília. Embora se arraste há já algum tempo, a questão dos diplomas tem conhecido alguns avanços, tendo sido debatida na Cimeira Bilateral. As Ordens profissionais envolvidas têm mantido diálogo. Há muitos brasileiros a requerem a aquisição da nacionalidade portuguesa (cerca de 800/mês no último ano), ao que não é estranho o facto de Portugal estar na moda para o brasileiro, com forte oferta de cultura, história e bem-estar, tendo lembrado que o Brasil é o segundo país que mais beneficia de vistos *gold*. Ainda não tinha confirmação acerca das comemorações do Dia de Portugal, no Brasil, tendo considerado, porém, que se tratava de uma excelente ideia. Quanto aos lusodescendentes, entende que devem ser adequadamente motivados, existindo ideias interessantes com ações que podem agregar e dar visibilidade à comunidade. Quanto às delegações da AICEP, referiu existir escassez de recursos, tendo de trabalhar com os que efetivamente existem. No MERCOSUL, Portugal tem mais a ganhar do que a perder, pelo que apoia a conclusão do Acordo e o Brasil sabe-o. Defende, porém, ser fundamental para Portugal garantir certas contrapartidas, enquanto o acordo não estiver definitivamente firmado. Finalmente, e no que à CPLP respeita, entende que o Brasil está a dar importância à matéria, valorizando o capital económico e o projeto de reconhecimento da cidadania

comunitária, esperando que a ênfase com que a matéria foi abordada na Cimeira possa ter servido para que o Brasil entendesse as suas vantagens no processo.

Pelo **PS**, interveio a Senhora **Deputada Gabriela Canavilhas** que começou por desejar um bom ano de 2017 a todos os presentes. Depois, afirmou que o cimento da lusofonia é a cultura, da qual depende, decisivamente, o fim de certos preconceitos. Neste contexto, perguntou se tal não aconselharia a que houvesse tanto ou mais “Camões” do que AICEP. Relembrou que, não obstante o papel de Portugal na história do Brasil, a abertura dos Jogos Olímpicos enfatizou, sobretudo, a introdução da escravatura, esquecendo que a dimensão e coesão do país se ficaram a dever à política da Coroa portuguesa. Quis saber qual o ponto de situação da reconstrução do Museu da Língua, em São Paulo, e como vão as parcerias bilaterais nos campos da ciência e das tecnologias. Finalmente, atenta a relevância da língua portuguesa no sentido da afirmação global, perguntou que informação dispunha o convidado acerca da implementação do Acordo Ortográfico.

Em resposta, referiu o Senhor **Embaixador** que a intervenção cultural deve ser convenientemente pensada e estruturada, embora esteja dependente do incremento da formação académica das populações. São muitos os vistos concedidos a estudantes brasileiros destinados a Portugal. Saliu que o Instituto Camões possui um programa de intervenção muito consistente, promovendo intercâmbios de atores, músicos e outros artistas. A questão das olimpíadas atrás focada é típica de uma relação familiar de proximidade, onde se realça sempre o negativo, esquecendo o positivo. Relembrou que a EDP doou recentemente cerca de 20 milhões de Reais (cerca de 7 milhões de Euros) para a recuperação do Museu da Língua, o que nunca havia acontecido, possibilitando a aceleração do processo de recuperação que já estava em marcha. As parcerias na ciência e tecnologias são a mais recente novidade, tendo realçado que, a partir de 2017, decorrerão em Portugal e no Brasil, alternadamente, eventos dedicados à ciência.

Transitados para a 2.^a Ronda, intervieram os seguintes Senhores Deputados:

Wanda Guimarães (PS), que pediu a explicação do conceito de “restritiva” usada para caracterizar a legislação laboral brasileira.

Carlos Páscoa (PSD), que quis saber como pretenderia o convidado aproveitar a rede de Câmaras de Comércio existentes, atenta, até, a escassez de recursos da AICEP, tendo ainda lembrado que a “rede CPLP” havia sido usada por Roberto Carvalho de Azevedo na recente eleição para Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio.

Isabel Santos (PS), para perguntar em que áreas poderia o investimento português ter mais sucesso.

Paulo Neves (PSD), para salientar a existência de jornalistas a acompanhar a sessão, o que não sendo usual, deveria ocorrer com maior frequência. Em matéria de investimentos recíprocos, perguntou como via o convidado este relacionamento, outrora quantitativamente muito relevante. Relativamente à língua portuguesa, perguntou em que áreas pode a mesma ser conjuntamente promovida. Finalmente, perguntou como poderia o Embaixador ajudar a inverter a inscrição do Centro de Negócios da Madeira na lista negra brasileira, com o fundamento de que se trata de um *off shore*, o que é falso.

Gabriela Canavilhas (PS), para perguntar o que sabia o convidado relativamente à participação do Brasil no projeto do *Air Centre*, nos Açores.

Respondeu o Senhor **Embaixador** que a “restritividade” a que havia aludido *en passant* tinha a ver com a dificuldade de adoção de modalidades contratuais alternativas ou complementares, existindo propostas legislativas que ainda não foram tornadas públicas. As Câmaras de Comércio (são três) e a Federação que as agrupa, estão a estreitar a cooperação com a Embaixada, o que é vantajoso, atentas as dificuldades financeiras. As áreas que demonstram maior potencial económico são as energias renováveis e a construção civil e de infraestruturas. Referiu, ainda, partilhar a opinião exposta relativamente ao Centro internacional de Negócios da Madeira, estando esta questão nas prioridades da Embaixada, partilhando a ideia de que não existe fundamento legal para a proibição imposta pelo Brasil, tendo lembrado ter sido igualmente matéria afluída na Cimeira. Finalmente e no concernente aos Açores, confirmou estar o Brasil muito interessado no futuro *Air Centre*, tendo adiantado que este país irá mesmo aderir ao programa durante o corrente ano.

Nada mais havendo a registar relativamente a esta audição, foram apresentadas as despedidas e agradecimentos ao Senhor Embaixador, tendo sido interrompida a sessão por cinco minutos.

Retomados os trabalhos, e no âmbito do **Ponto 3.**, informou o Senhor **Vice-Presidente** relativamente ao seguinte:

- Chegou à Comissão convite para participação nas cerimónias de abertura e de encerramento do Seminário Diplomático, a 4 (08.00 h) e 5 de janeiro (17.15 h),

respetivamente. Os Serviços da Comissão centralizarão as inscrições dos Senhores Deputados que entendam participar.

- Terá lugar no próximo dia 5, quinta-feira, pelas 19 horas, no Salão Nobre, a habitual apresentação de cumprimentos dos Representantes Diplomáticos de Portugal no exterior. Mais foi referido que os Senhores Deputados irão receber convites formais.
- O Grupo Parlamentar do PCP apresentará em Plenário o projeto de Resolução n.º 586/XIII/2.^a (Pronuncia-se pela Ratificação pelo Estado Português da Convenção Internacional da Organização das Nações Unidas sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e membros das suas famílias (adotada pela Resolução n.º 45/158, da Assembleia-geral, de 18 de dezembro de 1990).

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Vice-Presidente** agradeceu a presença dos membros do Governo e declarou encerrada a reunião pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20160103_1.mp3

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20160103_2.mp3

Palácio de S. Bento, 03 de janeiro de 2017

O Vice-Presidente da Comissão,



(Carlos Alberto Gonçalves)



Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Ascenso Simões
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
Joana Lima
José Cesário
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Ricardo Baptista Leite
Rui Silva
Sérgio Azevedo
António Ventura
Fernando Negrão
Hugo Costa
Maria Augusta Santos
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Domicília Costa
Filipe Lobo D' Ávila
João Oliveira
Sérgio Sousa Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Porfírio Silva

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 06 /06/2017.

